

11 JUL 1994

Mexendo em vespeiro

CORREIO BRAZILIENSE

Saúde

João Emílio Falcão

O ministro da Saúde, Henrique Santillo, pode não permanecer no cargo, mas já marcou sua passagem. Abriu um debate que não deve ser interrompido. Tem sido, às vezes, muito duro, como ao dizer que ou as autoridades econômicas liberam recursos ou o genocídio nordestino prosseguirá.

Entre suas acusações está a de que os planos de saúde, que arrecadaram US\$ 6,7 bilhões, querem derrubá-lo porque pretende obrigá-los a darem assistência total, incluindo no campo de doenças infecto-contagiosas e degenerativas. Nesse sentido encaminhou decreto ao Palácio do Planalto, em cujas gavetas se encontra. Menos de 24 horas após essa revelação foi noticiado que o decreto é inconstitucional porque afetaria um contrato entre dois particulares.

Como os aluguéis e as mensalidades escolares são, também, contratos entre particulares e o governo conseguiu regulá-los, é

surpreendente essa preocupação. Os planos de saúde são contratos iguais aos outros, porém, como acontece sempre em nossa democracia, são mais iguais que os outros. As cláusulas são leoninas e muitas pessoas iludidas pela propaganda enganosa, quase sempre com velhinhas simpáticas, mas os direitos do cidadão não prevalecem. De qualquer forma a denúncia do ministro tem de ser esclarecida em defesa do interesse público. Nesse governo, que se caracteriza pela honestidade, não pode haver suspeitas.

Revela o ministro — outra denúncia — que 28% das autorizações para internação hospitalar são irregulares. No Maranhão o percentual é de 60 pontos e, no Ceará, de 40. Quem lembra sucessivos noticiários sobre tais irregularidades, como, por exemplo, o menino “operado” de cesariana, não valoriza muito esses dados. Sabe que, com a impunidade existente, isso voltará a acontecer, mas o ministro garante que ampliou a fiscalização e, des-

ta vez, os processos serão remetidos ao Ministério Público. Os planos de saúde ganharam aliados.

A questão dos hospitais particulares merece ser examinada. No período militar foram concedidas verbas especiais — juros baixos e sem correção — a certos grupos em detrimento dos hospitais públicos. Hoje o governo tem de fortalecer esses hospitais, que suportam a maior carga, mas carecem de recursos. Poderia ter acrescentado que o Estado não confia em sua existência porque quase todos os órgãos públicos têm sistemas especiais, alguns convênios com planos de saúde, para atender a seus funcionários. Hospitais públicos, alguns de boa qualidade apesar das dificuldades, só para as filas intermináveis, explorando os médicos e auxiliares que recebem muito mal. A medicina particular, subsidiada com recursos públicos, fica para os ricos.

O “genocídio nordestino”, que não sensibilizou os políticos lo-

cais preocupados com as eleições, decorre muito da falta de saneamento básico e da estrutura da região, destinada a trabalhar para os poderosos. Não é à toa que a diarreia é a principal causa mortis da área, seguida da desnutrição, e que os índices de mortalidade infantil estão aumentando. O governo, como todos os outros, adotou como fórmula salvadora a distribuição de alimentos, com o que as consciências ficam aplacadas, mas o paternalismo, como ensinava Confúcio, não é uma solução. O “genocídio nordestino” é uma questão econômico-social, não de caridade, para alguns posarem de santos.

O debate iniciado pelo ministro Henrique Santillo ainda não atingiu a Nação, envolvida com a Copa do Mundo, mas é bom que tenha começado. Depois, como não nasceu ministro, o que diz com frequência, os planos de saúde e adjacentes não ficarão de consciência pesada se conseguirem derrubá-lo.

■ João Emílio Falcão é jornalista